

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTAL ADEQUADA E SOCIALMENTE RESPONSÁVEL DOS UNIFORMES OBSOLETOS DA PORTOS DO PARANÁ

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUMÁRIO

1	OBJETO	3
2	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	3
3	ESCOPO DOS SERVIÇOS	4
4	PESQUISA DE PREÇO	4
5	PARCELAMENTO DO OBJETO	5
6	SUSTENTABILIDADE	5
7	CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6
8	CRONOGRAMA E CONTROLE DE EXECUÇÃO	6
9	EQUIPE	6
10	PRAZO E LOCAL DA EXECUÇÃO	7
11	MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO	7
12	REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	8
13	SUBCONTRATAÇÃO	8
14	ALTERAÇÃO SUBJETIVA	8
15	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	9
16	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	10
17	FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	11
18	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	11
19	MATRIZ DE RISCO	12
20	ANEXOS	12

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**1 OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de instituição especializada para destinação final adequada dos uniformes obsoletos da Portos do Paraná, com responsabilidade social e ambiental, de forma que os materiais recolhidos sejam descaracterizados e posteriormente doados, evitando seu envio para disposição final, atendendo, portanto, aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) e resguardando a marca da Portos do Paraná.

2 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação do serviço de destinação final ambiental adequada e socialmente responsável dos uniformes da Portos do Paraná contempla os uniformes com logomarcas antigas ou em desuso pelos funcionários.

Destaca-se que a destinação adequada de uniformes e EPIs em desuso é essencial para as boas práticas ambientais da Portos do Paraná, considerando que esses materiais podem ser reutilizados e/ou reciclados, evitando seu envio aos aterros sanitários para disposição final.

Esse tipo específico de destinação apresentado realizará a descaracterização dos uniformes, zelando pela logomarca e imagem da Portos do Paraná. Nesse sentido, além de descaracterizados, atendendo aos princípios ESG, os uniformes serão beneficiados, reciclados e doados para instituições sociais, promovendo um destino socialmente adequado a esses materiais.

Devido a todas as peculiaridades já mencionadas acerca da destinação final de uniformes, e considerando a necessidade de descaracterização dos mesmos, bem como a proteção da marca da Portos do Paraná, foi estabelecido contato com a empresa Uniformes do Bem, localizada no município de Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba-PR.

A empresa Uniformes do Bem é especializada na reciclagem de uniformes e EPIs e realiza

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

a reciclagem de 100% dos materiais, transformando-os em cobertores e mantas. Sendo assim, todo o resíduo é transformado novamente em matéria-prima por meio da economia circular. Ainda, a empresa possui todas as licenças ambientais pertinentes e não utiliza água em todo o processo que envolve a reciclagem dos uniformes.

3 ESCOPO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada será responsável pelas seguintes etapas para execução dos serviços:

- Realizar o recolhimento único dos materiais a serem destinados na sede da Portos do Paraná, em Paranaguá-PR, conforme agendamento com a Contratante;
- Descaracterizar os uniformes com as logomarcas da empresa;
- Beneficiar os materiais recebidos, para posterior reciclagem ou doação;
- Transformar os tecidos para doação em instituições sociais;
- Caso não seja possível beneficiar o material destinado, promover sua reciclagem junto a instituição de coleta e beneficiamento de materiais recicláveis;
- Comprovar a destinação dos materiais transformados a instituições sociais, preferencialmente localizadas no litoral do Paraná;
- Emitir os Certificados de Destinação Final (CDFs), via SINIR, dos materiais destinados e enviá-los à Contratante.

4 PESQUISA DE PREÇO

Em decorrência das especificidades únicas dos serviços propostos apresentada pela empresa Uniformes do Bem e, considerando também o preço apresentado de R\$ 4200,00, em atendimento ao Art. 73, Inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da Portos do Paraná, é dispensável a licitação para a execução desse serviço. Ressalta-se ainda que o serviço será

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

realizado de uma só vez, ficando portanto, justificada essa contratação.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

Tendo em vista tratar-se de serviço de realização única, o objeto não admite seu parcelamento em lotes.

6 SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade, quando couber, nos termos do Art. 49º do Decreto Estadual nº 4993/2016, como:

- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, priorizando a utilização de água não potável e/ou de reuso;
- Os bens utilizados devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, que utilize materiais recicláveis;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT, assim como a legislação correspondente, sobre o correto gerenciamento dos resíduos sólidos;
- Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- As aquisições dos materiais relacionados no art. 33 da Lei nº 12.305/2012 devem obedecer rigorosamente aos princípios da “Logística Reversa”, devendo apresentar, à APPA, o respectivo certificado.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**7 CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

Os serviços descritos a serem executados no presente Termo de Referência, tendo em vista suas particularidades, não são considerados como bens e serviços comuns, uma vez que seu escopo é singular e envolve diversas questões relativas ao meio ambiente e à responsabilidade social.

8 CRONOGRAMA E CONTROLE DE EXECUÇÃO

A execução do objeto deste Termo de Referência ocorrerá seguindo as seguintes etapas:

- Coleta dos uniformes: realizada de forma única, conforme agendamento entre as partes;
- Descaracterização e reciclagem dos uniformes e EPIs: a ser executada pela CONTRATADA e comprovada por meio de registros fotográficos e relatório de execução;
- Preenchimento do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) pela CONTRATANTE no SINIR, com os códigos fornecidos pela CONTRATADA, antes da coleta do material;
- Emissão do Certificado de Destinação Final (CDF) pela CONTRATADA.

9 EQUIPE

Para a execução dos trabalhos, a equipe incluída na proposta pela CONTRATADA deverá contar minimamente com os perfis necessários para execução do objeto.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**10 PRAZO E LOCAL DA EXECUÇÃO**

O prazo máximo para prestação do objeto desta contratação é **de 90 (sessenta) dias**, passando a contar após a emissão de ordem de serviço específica pela CONTRATANTE.

O local de coleta dos uniformes antigos corresponde ao Almoxarifado da Portos do Paraná, onde os mesmos estão armazenados, sendo realizada de forma única conforme agendamento entre as partes.

11 MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O orçamento para execução dos serviços previstos neste Termo de Referência é de R\$ 4.200,00, sendo o valor proposto para reciclagem dos uniformes, com responsabilidade social e ambiental.

O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com a natureza jurídica da CONTRATADA, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 054/2020- APPA, observando ainda a obrigatoriedade das seguintes comprovações:

- De Regularidade fiscal, constatada através de consulta “online” ao Sistema de Gestão de Materiais Obras e Serviços – GMS/SEAP/DEAM, através do módulo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, nominalmente Certificado de Regularidade de Situação Fiscal (CRF), ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais;
- De Certificação negativa de débitos tributários da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista – TST.

O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior ao prazo estabelecido no instrumento contratual vigente,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

contados da data de seu atesto pelo gestor, ou quando da apresentação e/ou quando estabelecido no contrato.

Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na Nota Fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Os requisitos de habilitação necessários de que trata este Termo de Referência, serão instruídos, no que couber, com os elementos contidos no Art. 80 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

13 SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, tendo em vista as particularidades do mesmo e sua forma de execução.

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver cisão, ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

- Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, bem como a expressa anuência da APPA a continuidade do contrato;
- Haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- A alteração subjetiva a que se refere o presente item deverá ser feito mediante termo aditivo ao contrato.

15 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou de servidores especialmente designados.
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal ou Fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber.
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- Aplicar as sanções administrativas previstas na lei, no decurso do contrato.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

16 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá realizar a coleta única dos uniformes obsoletos da Portos do Paraná, conforme orçamento apresentado considerando a quantidade de material a ser destinado, dentro do prazo previsto.
- Emitir o Certificado de Destinação Final (CDF) do material, após preenchimento do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no SINIR.
- Dispor das licenças ambientais necessárias para realização da atividade proposta.
- Indicar preposto para representa-lo durante a execução do contrato, disponibilizar telefone e e-mail para saneamento de possíveis inconsistência apresentadas no decorrer do contrato.
- Apresentar Nota Fiscal correspondente aos serviços executados, contendo os custos e eventuais descontos concedidos, acompanhada de relatório de execução dos serviços.
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação sob pena de retenção dos pagamentos, sem que venha a contratante a sofrer penalidades, até que a pendência seja sanada.
- O pagamento de todos os impostos, taxas, contribuições e outros que por ventura incidam sobre o serviço em objeto.
- Não transferir, no todo ou em parte, os serviços em objeto.
- Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário e se encontrarem efetivo exercício nas atividades inerentes à execução do objeto deste Projeto, inclusive pelos encargos sociais e trabalhistas decorrentes, sendo que a inadimplência da contratada, com referências aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- Manter registro das ocorrências durante toda a vigência do contrato em que as partes lançarão os eventos, servindo para dirimir dúvidas, quando for o caso.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.
- Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários para comprovação de qualidade dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações exigidas por este Termo de Referência.
- Executar os serviços de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade e segurança, recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelas resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

17 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor foi baseada na peculiaridade e especificidade do serviço executado, devido à necessidade de promover o descarte ambiental adequado e socialmente responsável dos uniformes em desuso da Portos do Paraná.

18 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA, em caso de inadimplemento parcial ou total de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeito às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

APPA, conforme especificado no respectivo item do Edital da Licitação.

19 MATRIZ DE RISCO

Nos termos do Art. 146, parágrafo único do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da APPA, a matriz de risco pode ser dispensada nos casos de contratações de baixa complexidade, cujos riscos sejam irrelevantes ou inexistentes, como de fato se aplica ao objeto deste Termo de Referência.

20 ANEXOS

ANEXO I – Proposta Técnica da empresa Uniformes do Bem;

ANEXO II – Planilha de Preços Preenchida Assinada;

ANEXO III – Certidões Fiscais.